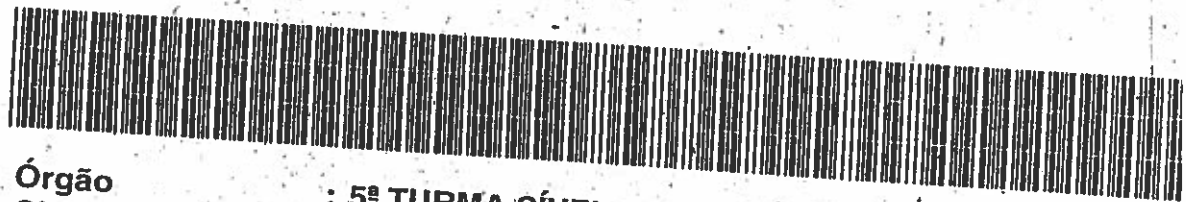




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios



Órgão : 5ª TURMA CÍVEL
Classe : AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número : 2013 00 2 028324-7
Agravante(s) : SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPOR
LTDA
Agravado(s) : SACHA BRECKENFELD RECK
Agravado(s) : DISTRITO FEDERAL
Relator : Desembargador ANGELO CANDUCCI PASSARELI

VISTOS ETC.

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por **SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA** contra a r. decisão encontrada por cópia às fls. 90/100, por meio da qual o MM Juiz de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, nos autos da Ação de Declaração de Nulidade de Atos Administrativos, Feito nº 2013.01.1.132169-8, móvida pelo ora Agravante em desfavor de **DISTRITO FEDERAL, VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, CONSÓRCIO HP-ITA e EXPRESSO SÃO JOSÉ**, indeferiu o pedido de suspensão liminar dos contratos de prestação de serviços de transportes realizados entre o primeiro Réu e os demais, vencedores no processo licitatório nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal. O *decisum* guerreado foi proferido nos seguintes termos:

"SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA ajuizaram ação declaratória de nulidade de atos administrativos com pedido de liminar em face do DISTRITO FEDERAL e OUTROS, na qual apontaram irregularidades no processo de concorrência n. 01/2011, para reestruturação do sistema de transporte público nesta Capital. Aduz que, no processo, não houve competitividade, que a moralidade pública foi violada. Trazem em seu argumento diversas reportagens veiculadas na mídia local e nacional.

Ao final, requereram a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão dos contratos e financiamentos oriundos da Concorrência Pública 001/2011.

A inicial veio acompanhada de expressivo caderno documental.



Angelo Canducci Passareli
Desembargador

P. J. – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Autos: 2013.01.1.092892-0

Vistos, etc.:

ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO ajuizaram ação popular em face do **DISTRITO FEDERAL**, na qual apontaram irregularidades no processo de concorrência n.º 01/2011, para reestruturação do sistema de transporte público nesta Capital. Aduz que, no processo, não houve competitividade, que a moralidade pública foi violada. Trazem em seu argumento diversas reportagens veiculadas na mídia local e nacional.

Ao final, requereram a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão dos contratos e financiamentos oriundos da Concorrência Pública 001/2011.

A inicial veio acompanhada de documentos de fls. 40/260, 263/229. Sendo posteriormente apresentada a emenda de fls. 231. Intimado o Distrito Federal para manifestar sobre a liminar no prazo de 72-horas, manteve-se inerte, fl. 241.

Parecer do Douto MP, em que requer a concessão da liminar, fl. 244/250, com documentos de fls. 258/298.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Decisão de fls. 299/300, determinou que o autor incluísse as empresas vencedoras no pólo passivo, e solicitou informações à Secretaria de Transportes.

Informações prestadas pela Secretaria de Transportes nas fls. 311/358.

Petição das autoras de fl. 365, com documentos de fls. 366/411.

Petição das autoras de fls. 414/454, com documentos de fls. 455/620.

Devido.

A Lei 4717/65, prevê em seu artigo 5º, §4º, a possibilidade de suspensão liminar do ato lesivo ao patrimônio público. Como é consabido, o pedido liminar visa garantir o resultado útil e eficaz da prestação jurisdicional. Para a concessão de liminar faz-se imprescindível a presença dos requisitos da plausibilidade do direito e do perigo do dano irreparável na concessão da medida requerida.

É cediço a admissão do controle de legalidade do ato administrativo por parte do Poder Judiciário, não havendo que se falar em ofensa ao princípio constitucional da independência dos poderes (art. 2º da CF/88).

Neste sentido, o egrégio STJ já se manifestou 'ao Poder Judiciário compete apenas o controle da legalidade do ato administrativo, ficando impossibilitado de adentrar na análise do mérito do ato, sob pena de usurpar a função administrativa, precipuamente destinada ao Executivo' (RMS 15.959/MT, Rel. Ministro **HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**, SEXTA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 10.04.2006 p. 299).

O presente processo licitatório é alvo de inúmeras denúncias, notícias na imprensa, procedimentos de investigação e ações judiciais.

Quanto à alegação de que o Grupo Constantino foi vencedor em duas bacias (lotes), contrariando expressa disposição editalícia. Tal questão já foi enfrentada em sede liminar nos autos 2013.01.1.052450-4, Desta 1ª Vara Cível, ocasião em que se entendeu que apesar de haver uma relação de parentesco entre diretores das empresas, não havia vínculo formal entre as

37

Angelo Canducci Passarelli
Desembargador

tendente a orientar e conceder suporte jurídico a Órgão Público, o Escritório que exerça a função estará vinculado aos princípios que regem a Administração Pública, no que couber.

Quanto à alegação de contratação ilegal do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck como consultor jurídico da licitação, que haveria dirigido os trabalhos da Comissão de Licitação inabilitando as empresas concorrentes e habilitando apenas empresas anteriormente patrocinadas pelo escritório de advocacia, tem-se que:

a) O Distrito Federal, através do Secretário de Transportes confirmou que o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck realiza a consultoria jurídica da Licitação, auxiliando na fase interna, inclusive acerca de habilitações. Logo restou demonstrada a atuação de tal Escritório. A omissão de tal informação nas publicações relacionadas à licitação levanta grande suspeita sobre a lisura do procedimento de contratação de tal escritório. Registrando-se que o fato de a licitação receber auxílio técnico ou financeiro de órgão internacional não elide o cumprimento RIGOROSO de todas as normas relacionadas à licitação do **ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**.

b) As informações da Secretaria de Transportes não indicaram o contrato de consultoria do mencionado escritório, com seus valores, sua forma de trabalho, e seu prazo de validade. Não há informações sobre a forma de contratação de tal escritório. Não há indicação se foi feita licitação, ou se houve inexigibilidade de licitação com a exibição do procedimento administrativo próprio.

No depoimento prestado pelo Secretário de Transportes - Senhor José Walter Vazquez Filho à Câmara Distrital, questionado se a contratação do Escritório foi de forma direta (isto é, sem licitação), respondeu:

'Não. As contratações são feitas pelo banco através de listas fechadas e é o banco que escolhe a melhor proposta. Aí, você contrata'. (fl. 270, pag 19 do depoimento).

O Secretário referia-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no sentido de que tal Banco indicou o Escritório Sacha Reck.

Porém, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal (fl. 456).

Logo, houve contratação direta do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck. Sem procedimento de dispensa de licitação. Restando configurada irregularidades em tal consultoria, visto que a empresa que iniciou os trabalhos de elaboração do edital, LOGITRANS tem entre seus diretores o pai do advogado Sacha Reck, senhor, Garrone Reck.

c) Não há indicação ou fundamentação consistente acerca da opção por contratar-se Consultoria Jurídica para auxílio de Licitação, sem que a Secretaria de Transportes auxiliasse-se dos serviços da Procuradoria do Distrito Federal.

A contratação de serviços de advogado para auxiliar comissão de licitação não é proibida pela Lei 8666/93. Contudo, tendo em vista a existência de órgão jurídico de atuação no Poder Executivo, com elevada capacidade técnica e reconhecido

P. J. – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

De se registrar que um dos diretores da Logitrans, Garrone Reck é, pai do advogado Sacha Breckenfeld Reck, que atua no mencionado escritório de advocacia. Também é diretor na empresa o senhor Alexis Breckenfeld Reck, irmão do advogado Sacha. (termo de declaração perante MP do Paraná, fl. 83-85). O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck controla o procedimento de habilitação e inhabilitação dos concorrentes;

Empresas que anteriormente celebram contratos advocatícios com o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagram-se vencedoras, apresentando propostas de alto valor.

e) Empresas previamente assessoradas pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagraram-se vencedoras da licitação. Algumas dessas empresas indicaram o valor máximo de preço de tarifa em suas propostas contratuais ou receberam outros favorecimentos.

A Empresa Viação Piracicabana foi favorecida por apresentar complementação de documentos, posteriormente à fase de apresentação de envelopes. Ofício nº 20/2013 - CEL nº 01/2011-ST, de 08/03/2013, subscrito pelo presidente da Comissão de Licitação, Senhor Galeano Furtado Monte, solicita a seguinte documentação: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício; Termo de abertura de Livro Diário Geral; Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral (...), fls. 615.

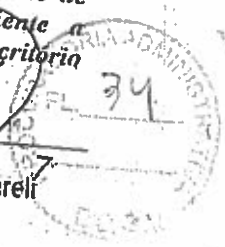
Tal situação evidencia tratamento diferenciado e privilegiado à empresa. Tendo em vista que outras empresas foram excluídas da concorrência pela ausência de um ou dois documentos. Enquanto para a Viação Piracicabana admite-se a juntada posterior de amplo caderno documental.

Na informação da Secretaria de transportes, há expressa indicação de que o Escritório de advocacia já atuou para a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda em causas pontuais no Estado de São Paulo. Os sócios dessa empresa são Max Empreendimentos e Participações, LTDA, Comporte Participações S/A, e PGM Participações Ltda. Ao passo que a empresa Viação Piracicabana detém como sócios Comporte Participações S/A e Glarus Participações, Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca, Paulo Sérgio Coelho, José Efraim Neves da Silva (alteração contratual de 13/02/2013, fl. 164/165). Sendo que a Comporte Participações S/A tem mais 50% do capital da Viação Piracicabana.

Embora não haja identidade total de sócios. A presença de sócios comuns, com capital significativo na empresa, indica uma orientação comum. Bem como demonstram que o resultado de uma empresa influencia no resultado de outra. O advogado que exerce a competência de Consultoria de Licitação, não pode apresentar parecer em relação a empresa que contenha sócio com capital significativo em outra empresa patrocinada juridicamente pelo mesmo advogado.

Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Piracicabana, suficiente para impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo

Angelo Canducci Passarelli
Desembargador



P. J. - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

O que gera grandes suspeitas em relação ao procedimento licitatório e ao resguardo da amplitude de concorrência.

g) Documentos essenciais da licitação foram sonegados aos órgãos fiscalizadores. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não teve acesso aos dados orçamentários da licitação, como indica as fls. 264/269.

Consta dos autos, pedido de providência realizado pelo MPTCDF indicando a omissão do Poder Público na divulgação dos dados da licitação.

O Ministério Público do Distrito Federal apresenta parecer pela suspensão dos contratos, apontando irregularidades e ilegalidades no processo licitatório, fls. 244/250.

h) - O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal.

i) - A Justiça do Paraná decretou a indisponibilidade de bens e a quebra de sigilo bancários do advogado Sacha Reck e de seu pai, Garrone Reck, e da empresa Auto Viação Marechal, entre outros réus, em virtude de acusação de fraude em processo de licitação de transportes naquele Estado, através de ação civil pública de improbidade administrativa manejada pelo Ministério Público do Paraná.

j) Quanto às empresas, em resumo:

Quanto à empresa Viação Marechal Ltda, vencedora da Bacia 04: foi determinada o bloqueio de seus bens por decisão judicial no Estado do Paraná; Já contratou os serviços advocatícios do escritório do senhor Sacha Reck; apresentou preço igual ao valor máximo da proposta, em atitude que indicava ter certeza da ausência de concorrência, sendo que, posteriormente, confirmou-se a ausência de concorrência na Bacia em que ganhou o contrato;

Quanto à empresa Viação Piracicabana, vencedora da Bacia 01: apresentou documentos essenciais da licitação em data posterior àquela da apresentação de envelopes, indicando tratamento favorecido; O seu principal sócio, com participação no capital social superior a 50%, também é sócio de outra empresa já patrocinada juridicamente pelo escritório Sacha Reck.

Quanto à empresa Viação Pioneira Ltda, vencedora da Bacia 02. Não restou comprovado que tenha sócio comum com a Viação Piracicabana. Na presente fase processual não restou comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao Consórcio HP-ITA, formado pelas empresas HP Transporte Coletivos Ltda e Ita Empresa de Transportes Ltda, vencedora da Bacia 03. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao empresa Expresso São José, vencedora da Bacia 05. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

k) Cedido que muitas ações judiciais discutam a validade da presente licitação. Tal situação é muito comum e natural, tendo em vista a relevância da licitação, a importância do serviço de transportes público, o inconformismo das antigas empresas prestadoras com as novas regras de exploração do serviço, os empresários que têm interesse direto em criar obstáculos ou

P. J. – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

concorrentes e apresentação de propostas. Sendo que, se houver a participação da empresa Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda, a Comissão de Licitação não poderá utilizar-se da Consultoria Jurídica do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.

c) Determinar que, se as mencionadas empresas (Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda) já estiverem operando o sistema público de transporte, poderão continuá-lo, por no máximo 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão. Vencido esse prazo, a exploração deverá retornar a situação que existia anteriormente à assinatura do contrato administrativo.

d) Receber a emenda de fls. 305/307. A Secretaria deverá fazer a inclusão no pólo passivo. Citem-se as pessoas jurídicas para responder à ação. Intimem-se da presente decisão.

Brasília - DF, quinta-feira, 26/09/2013 às 21h38.

Nos autos da Suspensão de Segurança: SSG 2013 00 2 023928-3
0024853-53.2013.807.0000

Foi proferida a seguinte decisão:

O DISTRITO FEDERAL requer, por meio da petição de fls. 2/21, com fundamento no artigo 4º da Lei 8.437/1992, a suspensão de execução de medida liminar deferida pelo ilustre Juízo de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos da Ação Popular 2013.01.1.092892-0, que determinou a suspensão de dois contratos administrativos de concessão de serviços de transporte público coletivo, assinados após regular tramitação do procedimento licitatório desflagrado pelo Edital de Concorrência Pública 01/2011-ST, cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF. Narra que a referida ação popular (fls. 24/29 e 49/62) foi proposta por ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO contra o DISTRITO FEDERAL, onde apontaram irregularidades no processo licitatório epigrafado, com suporte em diversas reportagens de jornal (fls. 30/48), no sentido de que a competitividade e a moralidade públicas foram violadas. Acrescenta que, segundo as autoras, tais violações decorreram do fato de o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, quando prestaram consultoria jurídica à Comissão Licitante, supostamente favoreceram as empresas VIAÇÃO PIRACICABANA e VIAÇÃO MARECHAL, vencedoras, respectivamente, das bacias 1 e 4. (...) Estabelecidas tais premissas, saliente-se que o DISTRITO FEDERAL trouxe à colação questões fáticas e jurídicas envolvidas na ação popular e demonstrou a efetiva lesão à ordem e à economia públicas. Destaque-se que eventual error in iudicando praticado pelo juízo monocrático será apreciado no seu leito natural, que é a via recursal adequada para o exame de questões de fundo envolvidas na lide. As Cortes Superiores já decidiram que não cabe, em sede de suspensão de segurança, examinar o acerto ou desacerto da decisão judicial combatida, porque esse fato reafirma o enfrentamento do mérito da lide principal, de caráter eminentemente jurídico. Portanto, a suspensão de segurança se

11
Angelo Canduon Passarelli
Desembargador

P. J. – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

respeitada a decisão do TJDF, proferida em processo de suspensão de segurança, SSG 2013 00 2 023928-3 0024853-53.2013.807.000.

Isto posto, indefiro o pedido liminar.

Aguarde-se o final do prazo de resposta dos réus.

L." (fls. 90/100)

Aduz a Agravante que *"a decisão do MM Juiz merece ser reformada, pois a fundamentação da decisão do Presidente do TJDF na suspensão de segurança adentrou no mérito da questão, com argumentações destorcidas, inverídicas e ilegais, não podendo de maneira nenhuma ser acatada"* (fl. 05).

Discorre sobre a natureza jurídica do incidente de suspensão de segurança, defendendo cuidar-se de ação cautelar incidental, e alega que tal procedimento vem sendo utilizado indevidamente pelo Poder Público para *"obter a suspensão da decisão que lhe tenha sido contrária mediante a alegação de violação à 'ordem jurídica'"* (fl. 08).

Insurge-se contra a decisão proferida pelo Presidente deste Tribunal de Justiça, aduzindo que *"a suspensão dos contratos em nada altera o atual sistema de transporte público do DF, sendo completamente inverídica a afirmativa do Distrito Federal de que, existiria uma eventual paralisação desse serviço essencial, pois no momento apenas 18% da nova frota encontra-se em circulação"* (fl. 10), não acarretando, pois, prejuízo aos bens jurídicos tutelados pela norma que rege a matéria, quais sejam, ordem, saúde, segurança e economia públicas.

Aduz que *"o referido ente público argúi o perigo de grave lesão à economia pública, porém não demonstra por argumentos, tampouco por provas documentais qual a específica lesão à economia pública"* (fl. 12).

Assevera que *"a manutenção dos contratos pactuados implica não apenas a perpetuação de negócio ilícito da Administração Pública em detrimento do interesse público, mas verdadeiramente a inversão completa da ordem pública e administrativa, acarretando periculum in mora reverso continuado para a Administração Pública"* (fl. 12).

Alega que o indeferimento do seu pedido de suspensão liminar dos contratos, com base em decisão proferida em autos em que não figura como parte, configura ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, porquanto não lhe é dado recorrer do referido *decisum*.

Por fim, defende que *"a plausibilidade jurídica da concessão da liminar encontra-se devidamente caracterizada em face das ponderações aduzidas acima. O fumus boni iuris foi devidamente demonstrado pelos elementos fáticos e jurídicos trazidos à colação e a incidência do periculum in mora repousa no fato da ininência da execução dos contratos e a inclusão de novos veículos no sistema de transporte coletivo do DF"* (fl. 15).

Requer, liminarmente, a suspensão dos contratos oriundos da licitação nº 01/2011 e, no mérito, seja confirmada a decisão.

Preparo regular (fl. 18).

É o breve relatório.

13
Angelo Conducci Passarelli
Desembargador

126

P. J. - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

A decisão unipessoal, da lavra do e. Presidente do TJDF, Desembargador Dácio Vieira, conteve o seguinte dispositivo, *in verbis*:

"Diante do exposto, reputando presentes os requisitos legalmente exigidos, DEFIRO a suspensão pleiteada. Oficie-se ao Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Publique-se. Intimem-se. Brasília, 03 de outubro de 2013. (a) Desembargador DÁCIO VIEIRA - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".

Os autores da Ação Popular interpuseram Agravo, ao qual o Conselho Especial desta Corte de Justiça, por unanimidade, negou provimento, recebendo o julgamento a seguinte ementa, *ipsis litteris*:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LIMINAR. SUSPENSÃO DE LIMINAR MANEJADA. AGRAVO REGIMENTAL GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A SUSPENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA. PREVALÊNCIA DA PROTEÇÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO DESPROVIDO.

I - Não cabe, na sede estrita de suspensão de liminar, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se tão-somente à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve, pois, ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final deslinde da demanda, desde que contemplada a supremacia do interesse público, com o escopo de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II - A suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida nos autos da ação popular preserva a ordem e a economia pública, na medida em que impede a paralisação de grande parte do serviço de transporte público no Distrito Federal.

III - Presentes tais requisitos, é de se deferir a suspensão de liminar concedida no bojo de ação popular.

III - Agravo regimental desprovido. Unânime." (Acórdão n. 731758, 20130020239283SSG, Relator: PRESIDENTE, Presidência, Data de Julgamento: 22/10/2013, Publicado no DJE: 08/11/2013, Pág.: 5)

Situação, idêntica verifica-se nos autos da Ação Civil Pública, Feito nº 2013.01.1.137964-2, onde o MM Juiz da Segunda Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, igualmente deferiu a suspensão de contratos celebrados em decorrência no processo licitatório nº 01/2011, consoante se extrai do dispositivo da referida decisão, *in verbis*:

"Por essas razões, com fundamento no art. 12 da Lei nº 7347/1985, e, por visualizar a presença da relevância dos fundamentos do pedido, bem como do perigo da demora, defiro a liminar vindicada a fim de suspender a execução dos contratos firmados pelo réu, submetidos aos termos do Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011 - ST, nos moldes dos itens 'a' e 'c' do pedido (fls. 46-47), ressaltando que o réu e seus prepostos incorrerão em multa pecuniária (art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC) no montante diário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o caso de descumprimento ao preceito; sem prejuízo das cominações para o caso de

15

Angelo Canabarro Passaroli
Desembargador

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

0002

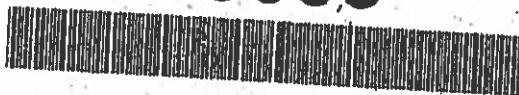
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET

22/11/2013

17:12:18

33053

URGENTE



SANTOS E PRADELA NEGOCIOS E TRANSPORTES LTDA.,
sociedade empresaria limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 11.565.460/0001-83, estabelecida
no STRC/Sul, Área Especial, Trecho 01, conjunto B, Lote 08, sala 106, 1º andar, CEP:
71.215-100, Brasília - DF, representado por sua sócia **Camila Ignez Pradela de Oliveira**,
brasileira, casada, empresaria, portadora da cédula de identidade nº. 3065433 SSP/DF e
inscrita no CPF sob o nº. 221.081.138-43, residente e domiciliada nesta capital, por
intermédio de seus advogados devidamente constituídos, vêm respeitosamente à ilustre
presença de Vossa Excelência, interpor recurso de

AGRAVO DE INSTRUMENTO com pedido de liminar

contra a respeitável decisão que em **AÇÃO DECLARATORIA DE NULIDADE DE
ATOS ADMINISTRATIVOS COM PEDIDO DE LIMINAR** de nº. 2013.01.1.132169-
8, INDEFERIU a liminar requerida afirmando que "tendo em vista que a presente ação não
traz inovação significativa nas teses jurídicas já discutidas, deverá ser respeitada a decisão
do TJDF, proferida em processo de suspensão de segurança, SSG 2013 00 2 023928-3
0024853-53.2013.807.0000", data *máxima vênia*, em nosso singelo entendimento merece
ser reformada para a imediata concessão da liminar, apresentando em anexo as razões do
recurso, requerendo seja o mesmo processado, conhecido e provido, conforme as razões
adiante articuladas.

Nestes termos,

Pede e aguarda o deferimento confiando na JUSTIÇA.

BRASILIA-DF, 20 de novembro de 2013.

Elane Costa do Amaral
ELANE COSTA DO AMARAL
OAB-DF 36.389



SERMON
Processo submetido com 402
Brasília-DF, em 25/11/2013
Horas: 17:38
Rut

- c) Condução de todo o processo licitatório por pessoa sem vínculo algum com a 0004 Administração e com claro conflito de interesses: o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação.
- d) O escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que conduziu toda licitação, também é patrono de causas de algumas empresas vencedoras no certame;
- e) Adjudicação e contratação de mais de um lote da licitação por empresas com interesse econômico comum, a despeito da vedação constante do edital e demais normas aplicáveis;
- f) Quebra do sigilo das propostas pela exigência, na qualificação técnica, de atestado homologado pelo DF/TRANS, autarquia vinculada à ST/DF.
- g) Retardamento no cumprimento de decisões judiciais no curso da licitação, com exclusivo interesse de habilitar apenas empresas ligadas ao senhor Sacha Breckenfeld Reck.
- h) Preços superfaturados, tendo em vista a Secretaria de Transportes ter alegado sigilo e não ter disponibilizado o orçamento detalhado e os memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo estimado de viagem e após o resultado pôde ser verificado a baixa competitividade do certame e as tarifas técnicas vencedoras próximas ao teto fixado no edital, sendo duas coincidentes com a tarifa máxima.
- i) Inclusão de documentos novos nos autos do processo de licitação, após o encerramento da entrega das propostas e documentos de habilitação.
- j) Edital não atendeu a obrigatoriedade prevista em lei federal e distrital de no mínimo duas empresas para exploração de cada linha ou trecho;

Muitos desses fatos são notórios, divulgados reiteradamente na mídia. A insatisfação se tornou pública, noticiada por entidades civis perante os órgãos de Controle.

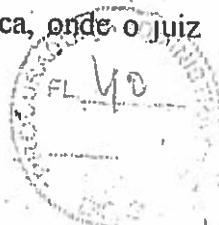
O próprio Ministério Público do Distrito Federal, em diversas oportunidades, pronunciou-se sobre as ilegalidades constatadas na licitação em comento, para suspensão e posterior anulação dos contratos com empresas vencedoras do certame.

A lesão é de tamanha gravidade que, além de ter sido frustrada a competitividade do certame, existem elementos persuasivos de prova em relação à violação da impessoalidade e moralidade da sua condução.

Posteriormente foi solicitada a emenda a inicial para retirar o nome de SACHA BRECKENFELD RECK, GUILHERME SALES GONÇALVES, JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO, LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA e GALENO FURTADO MONTE e incluir o nome de EXPRESSO SÃO JOSE, sendo prontamente atendida e recebida pelo juiz a quo.

Logo em seguida o juiz da 8ª Vara de Fazenda Pública do DF, onde o processo foi distribuído aleatoriamente, declinou de competência para a primeira vara de fazenda pública por existirem processos com o mesmo pedido e causa de pedir.

Sendo, por conseguinte recebido na 1ª vara de fazenda pública, onde o juiz



Inobstante a presença dos requisitos tradicionais do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, é relevante que haja o *periculum in mora* inverso, isto é, a concretização de grave risco de ocorrência de dano irreparável, contra o impetrado ou requerido, como consequência direta da própria concessão da medida liminar deferida ao impetrante ou requerente.

Uma vez que o deferimento da medida liminar possui caráter meramente preservatório, cuja função social é fazer cessar o ato impugnado, até que possa o magistrado decidir, sem incorrer em *error in iudicando*. Acresce-se a estes requisitos os do art. 804 do CPC, utilizado para a concessão de antecipações cautelares em forma de liminar.

Sobre a possibilidade do deferimento liminar do pedido da agravante, é importante se socorrer dos ensinamentos do jurista Hely Lopes Meireles - *expressis litteram*:

A medida liminar é provimento cautelar admitido pela própria lei de mandado de segurança quando sejam relevantes aos fundamentos da impetração e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da ordem judicial, se concedida (art. 70, II). Para a concessão da liminar devem concorrer os dois requisitos, ou seja, relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do Impetrante se vier a ser reconhecido na decisão de mérito — *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. A medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final, é procedimento acautelador do possível direito do Impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Por isso, não importa em prejulgamento; não afirma direitos; nem nega poderes à Administração. Preserva, apenas, o Impetrante, de lesão irreparável, suslando provisoriamente os efeitos do ato impugnado.

A Liminar não é uma liberdade da Justiça, é medida acauteladora do direito do Impetrante que não pode ser negado quando ocorrem seus pressupostos como também, não deve ser concedida quando ausentes os requisitos de sua admissibilidade. (*in* Mandado de Segurança, Hely Lopes Meirelles, Ed. Malheiros, Ed. 1992, p. 56).

A presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* justificam a concessão da liminar, não se mostrando razoável a procedencia da decisão prolatada nos autos da suspensão e segurança.

A liminar ao caso em tela é totalmente aceitável visto que além da exposição sumária da lide e de seus fundamentos jurídicos, está presente, concomitantemente, o fundado receio de que, antes do julgamento do mérito, ocorra lesão irreparável ou de difícil reparação ao Estado e à sociedade.

De igual forma, considerando a segurança jurídica das relações firmadas, verifica-se a reversibilidade da tutela de urgência, acaso deferida, se, no mérito, outro for o entendimento desse Juízo quanto ao elenco de pedidos, senão vejamos.

1 - Das ilegalidades na decisão da suspensão de segurança

Com fundamento no art. 4º da Lei 8.437/92, a decisão de suspensão sustentou que o Distrito Federal trouxe à colação questões fáticas e jurídicas envolvidas na



Contudo, considera-se mais adequado o entendimento que vislumbra nos 0008 pedidos de suspensão natureza jurídica de ação cautelar incidental, destinada a outorgar tutela substancial aos interesses públicos qualificados pela lei.

Esse posicionamento parece ser o que melhor resguarda a constitucionalidade do instituto, pois mantém o requerimento de suspensão em consonância com o princípio do devido processo legal, que informa o Estado Democrático de Direito.

b) A restritividade das hipóteses de cabimento do pedido de suspensão

Dentre tantos exemplos de uso desvirtuado dos pedidos de suspensão, o mais frequente consiste na tentativa de o Poder Público obter a suspensão da decisão que lhe tenha sido contrária mediante a alegação de violação à "ordem jurídica". Por meio desse subterfúgio, é muito comum a dedução do incidente de suspensão com o intuito de obter a reforma daquela decisão que lhe foi desfavorável. Todavia, basta simples leitura do caput do art. 4º, da Lei nº. 8.437/92 para se verificar que o incidente de suspensão não se presta a tutelar a "ordem jurídica" (reformular ou anular a decisão), mas tão somente resguardar a incolumidade dos interesses públicos primários, qualificados pela Lei: ordem, saúde, segurança e economia públicas.

Entende-se que os fundamentos elencados no aludido dispositivo constituem rol exaustivo, não podendo o incidente de suspensão ser fundamentado em hipótese não constante daquele elenco legal.

Ademais, o dispositivo exige interpretação restritiva, de modo a impedir (ou coibir) que expressões como "ordem pública" ou "economia pública" – por se tratarem de conceitos indeterminados –, sejam tão facilmente manipulados pelo Poder Público, no afã de obter a ineficácia de toda e qualquer decisão que lhe seja desfavorável.

Semelhante entendimento foi externado na decisão do STJ que indeferiu o pedido de suspensão de liminar nº. 845/PE, em que se asseverou que em sede de pedido de suspensão *"cabe tão-só examinar-se acerca da ocorrência ou não de possível lesão aos bens jurídicos tutelados, pelo art. 4º da Lei nº. 8.437/1992 (...) Entre esses valores protegidos, não se encontra a ordem jurídica". E mais adiante conclui: "Em sede de suspensão, também não há espaço para debates acerca de questão de mérito, como, no caso, a controvérsia sobre a possibilidade ou não do bloqueio de bens em foco, que deve ser discutida nas vias próprias".*

O entendimento do STJ merece ser acatado no presente caso.

Com efeito, o pedido de suspensão não tem por escopo a reforma ou anulação da decisão atacada, pois não devolve a matéria impugnada à reapreciação judicial. Não lhe é inerente a devolutividade característica dos recursos. Aquele incidente tenciona tão somente suspender a eficácia de liminar ou de sentença contrária ao Poder Público, ante a comprovação de que o cumprimento imediato da decisão importará grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas.



d) Argumentos da suspensão de segurança

00111

Esses breves comentários acerca da decisão proferida no âmbito da Suspensão de Liminar permitem destacar dois importantes limites acerca dos pedidos de suspensão que não foram respeitados na decisão que concedeu a suspensão de segurança:

(i) necessidade de que o incidente verse exclusivamente acerca dos interesses públicos primários qualificados pela Lei e

(ii) imprescindibilidade da comprovação documental da lesão ou ameaça de lesão a determinado interesse público que se pretenda tutelar.

Ocorre que ao analisar o pedido de suspensão o Presidente do TJDFT adentrou no mérito afirmando acerca da disposição do novo sistema de transporte público bem como a sua paralisação pela suspensão dos contratos deferidos em liminar, afirmando que:

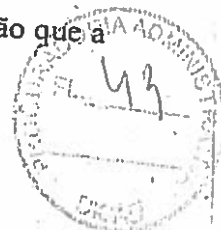
Considerando que as cinco bacias foram concebidas para se interligarem, e por isso o sistema é denominado de tronco-alimentador, onde cada uma das bacias alimenta as demais, as linhas que servem as cidades-satélites e o plano piloto estarão conectadas a partir dos terminais de integração. (...) Considerando que a lógica do sistema foi concebida para permitir que os serviços sejam compartilhados entre lotes ou bacias, a paralisação dessas 2 (duas) bacias impedirá que as outras 3 (três) se concretizem. É inegável que a suspensão dos contratos e o retorno da licitação à fase de habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas irá contrariar a expectativa de toda a sociedade local, que deseja urgentemente a melhoria no transporte público. (...) Trilhar caminho diverso significa evitar grave dano à ordem pública, garantindo-se à sociedade do Distrito Federal a prestação de um serviço de transporte público eficiente e seguro, evitando-se, inclusive, a paralisação de serviço essencial.

Diante do exposto, é imprescindível esclarecer que ao contrário do que afirmado na decisão acima o novo sistema de transporte público previsto no edital sequer foi implantado, tendo em vista que necessita de vários outros fatores para sua implantação, sendo que a própria "Secretaria de Transportes informou que, por enquanto, os itinerários e horários serão os mesmos e que os validadores dos novos ônibus só serão interligados entre os veículos que entram em operação nesta sexta (28) e o Metrô-DF".

Salienta-se portanto que a suspensão dos contratos em nada altera o atual sistema de transporte público do DF, sendo completamente inverídica a afirmativa do Distrito Federal de que existiria uma eventual paralisação desse serviço essencial, pois no momento apenas 18% da nova frota encontra-se em circulação.

Sendo totalmente descabida a afirmativa de que a paralisação dessas 2 bacias impedirá que as outras 3 se concretizem, tendo em vista ainda não existir nenhuma integração entre as linhas de ônibus atualmente, não havendo portanto razão pela suspensão da liminar coerentemente deferida pelo juiz a quo.

O deferimento da suspensão da liminar pretendida cuida-se, em nosso pensar, de providência absolutamente excepcional, ou, utilizando-se das precisas palavras de Hely Lopes Meirelles: — Sendo a suspensão da liminar ou dos efeitos da sentença uma providência drástica e excepcional, só se justifica quando a decisão possa afetar de tal modo a ordem pública, a economia, a saúde ou qualquer outro interesse da coletividade que aconselhe sua sustação até o julgamento final do mandado, não podendo ser deferida sob a ótica de argumentações infundadas e inverídicas, como foi o caso da afirmação que a



Diante desse quadro de numerosas e graves vicissitudes, a manutenção dos 0012 contratos pactuados implica não apenas a perpetuação de negócio ilícito da Administração Pública em detrimento do interesse público, mas verdadeiramente a inversão completa da ordem pública e administrativa, acarretando *periculum in mora* reverso continuado para a Administração Pública.

É oportuno dizer que se afigura absolutamente inadmissível e intolerável que o Poder Judiciário se negue a reconhecer a nulidade evidente, flagrante e inquestionável de contratos administrativos celebrados sob o manto da fraude, da imoralidade, da indecência, da inobservância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública (art. 37, *caput*, CR), ao argumento singelo de desconfiguração do novo sistema de transporte público. É que os interesses envolvidos são públicos, portanto, indisponíveis, não havendo liberdade para decidir pela convalidação.

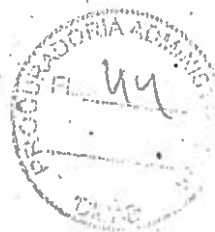
Na espécie, não obstante os relevantes argumentos da agravada, esposados no pedido de suspensão, não constam presentes os valores tutelados pela norma de regência, visto que, a matéria haverá de ser debatida e apreciada nas vias ordinárias, ou seja, em sede de cognição plena, e não nesta excepcional via, ainda mais porque se cuida de licitação que originou contratos que se quer foram efetivados.

Num primeiro item, o agravado reporta-se ao interesse público e o risco de grave lesão à ordem e economia pública. Ora, afirma que a população seria a mais prejudicada pela ausência de serviço essencial, porém não existe possibilidade de paralisação desse serviço, já que o transporte público está sendo mantido atualmente em sua maioria pelas antigas empresas, sendo que existe apenas 18% da nova frota em circulação.

O referido ente público argui o perigo de grave lesão à economia pública, porém não demonstra por argumentos, tampouco por provas documentais qual a específica lesão à economia pública. Em rigor, porém, não se demonstrou em que tais asserções possam consubstanciar verdadeiro risco à ordem econômica. Cuida-se de fatos a serem objeto de exame nas vias ordinárias e responsabilizados, se for o caso, os agentes que deram causa aos prejuízos invocados.

Bem a propósito, as alegações formuladas pelo Distrito Federal estão a depender, em última análise, da necessária comprovação, observado o devido processo legal na ação declaratória e na ação popular que se encontram em tramitação. Não se pode obter, com efeito, um juízo de certeza no âmbito desta *summaria cognitio*, em que há, conforme assinalado, meras alegações o funcionamento do transporte público no DF.

Por fim, deve ser ressaltado, sem pretender fazer juízo de mérito sobre o caso concreto, que ao Judiciário, em prol do interesse público, também cabe zelar pela segurança jurídica e pela legalidade dos contratos administrativos, os quais não podem ficar ao livre dispor das correntes políticas que se alternam no poder e de grupos seletos de terceiros, visto que a estabilidade e legalidade cria condições para o crescimento de investimentos privados em nosso país.



Além disso, os princípios constitucionais são indispensáveis na sua função ordenadora, pois colaboram para a unificação e harmonização do sistema constitucional. A Carta Magna em seu artigo 5º, inciso LV afirma que: 0014

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Ademais a indevida utilização do incidente de suspensão como espécie recursal viola o princípio da unirecorribilidade (ou da unicidade), o qual veda a concomitância de dois recursos destinados a impugnar os mesmos fundamentos de uma determinada decisão, isto é, estabelece uma correspondência necessária entre os recursos e as decisões. Ademais disso, o pedido de suspensão não está encartado no rol taxativo dos recursos legalmente previstos. Ou seja, pretender deduzi-lo como se recurso fosse, afrontaria o princípio da tipicidade (taxatividade), que informa a teoria geral dos recursos e garante que somente será considerado recurso o meio impugnativo previsto, em numerus clausus, pela lei federal.

Dessa forma, nobres Desembargadores, a agravante solicita que seja afastada a incidência da decisão de suspensão de segurança SSG 2013 00 2 023928-3 0024853-53.2013.807.0000 e por conseguinte seja deferida a liminar para suspender os contratos administrativos oriundos da licitação 01/2011, objeto de diversas irregularidades praticadas por terceiros, sendo este o entendimento dos ilustres juizes da 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública do DF, onde os magistrados afirmaram que há provas suficientes nos autos para a concessão de liminar.

2 - Da fumaça do bom direito

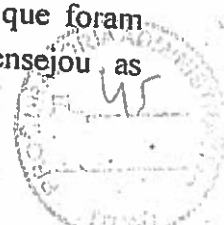
A expressão "fumus boni iuris" significa, em tradução ao pé da letra "fumaça de bom direito", "isto é, plausibilidade ou probabilidade de um direito". Ou seja, "hoje representa uma simples presunção de legalidade e a possibilidade de um direito".

Tanto pode ser extraído do significado da própria expressão "fumus boni iuris". Consoante é ressabido, o fogo, como resíduo da combustão, geralmente produz a fumaça. Mas nem sempre a fumaça significa a existência de fogo. Este pode estar apagado, apenas fumegando, ou em brasa, se extinguindo. E essa regra elementar da natureza também se aplica ao direito. Com efeito, nem sempre a presença de um fumus boni iuris significa a presença do direito, mas a mera possibilidade da existência deste.

Assim, objetivamente os clássicos definem o fumus boni iuris como o Juízo de probabilidade e verossimilhança do direito cautelar a ser acertado.

Certamente o fumus boni iuris encontra respaldo no caso apresentado já que diante de todo o exposto, é forçoso concluir pela presença de indícios robustos de prática de inúmeras irregularidades no certame do processo licitatório que ensejaram a contratação das empresas para as 5 bacias, caracterizando com concretude ímpar o fumus boni iuris.

Não há como se negar os inúmeros princípios constitucionais que foram violados durante a fase externa e interna do processo licitatório que ensejou as



do POVO, quando o próprio POVO requisita a concretização dos primados constitucionais 0016 criados em decorrência do seu próprio poder.

Por fim, acredita-se que a evolução do direito reflete de maneira positiva na presente situação, tendo em vista que a supremacia do interesse público deve ser elevado a fim de imediata suspensão dos contratos aqui elencados, reestabelecendo assim os princípios norteadores do art. 37 insculpidos na Carta Magna.

A jurisprudência dos tribunais, em situações que se verifiquem dano iminente, consagra que "é dever do órgão jurisdicional, e não mera faculdade, proferir a vontade emanada da lei".

Assim, dada a proximidade de execução e substituição das linhas e frotas dos serviços licitados pelas empresas vencedoras, ficam caracterizadas a urgência e necessidade do provimento judicial, fato este notório e público sendo divulgado na mídia todos os dias. Além do mais de acordo com a própria Secretaria de Transporte do DF apenas 18% da nova frota está em circulação nas vias do DF, ônibus estes que estão fazendo os seus itinerários em linhas e não no tronco alimentador do novo sistema o qual a procuradoria do DF argumentou para sustentar sua tese na suspensão de segurança, induzindo a erro o Presidente do TJDF e seus pares.

Essa conduta de certo poderia ter sido tomada pela própria Administração Pública. Afinal, adstrita ao controle da legalidade dos seus atos, e tendo sido demandada por diversos órgãos de Controle, **não tomou nenhuma providência com vistas a reverter o processo licitatório e/ou sustá-lo.** Simplesmente silenciou-se, e, ainda assim, tanto ela quanto as contratadas, alheias a todas essas refutadas irregularidades, firmaram contratos ilegalmente.

A jurisprudência em situações de aparente cunho protelatório, que se prolongam no tempo em detrimento do interesse público, como na execução de contratos administrativos reconhecidamente irregulares, ratifica a determinação da sua sustação, e aponta para a obrigatoriedade de intervenção célere do Estado:

[...] na hipótese, estarmos diante de um desses casos em que se aplica a regra geral na qual o administrador é quem deve corrigir eventuais falhas cometidas no exercício da sua atividade. Realizada a licitação, ela, ao que parece, se encontra viciada de problemas que afetariam a lisura da concorrência, porque violado o princípio da isonomia entre os contratantes. Não obstante, o certame foi levado a cabo e firmado o contrato. Portanto, o administrador nem durante o processo licitatório verificou essa irregularidade, nem posteriormente a corrigiu.

Com efeito, o discurso defendido a todo o tempo, inclusive na mídia, é melhoria dos serviços públicos. Sua realização, contudo, ilegítima, não pode se dar por meios ilegais e à conta de recursos do erário por longos 10 anos, passíveis, ainda, de prorrogação contratual por igual período.

Por fim, inexistem danos à ordem pública se deferida a medida cautelar.

A licitação ocorreu com fundamento em norma distrital que dispôs previamente sobre o planejamento dos serviços de transporte público até completa capacidade de execução dos serviços pelas novas contratadas. Assim, antecipou medidas de continuidade e regularidade para não ocorrer prejuízo à população. Ou seja, a própria Administração Pública consolidou o entendimento de que, até que as linhas de tráfego rodoviário pela empresa



contratada sejam efetivamente operadas, os serviços anteriormente prestados serão mantidos.

001

Dessa forma, os serviços até então oferecidos à população somente serão encerrados quando os contratos assinados a partir da Concorrência nº 01/2011 paulatinamente os substituírem, conforme as novas especificações do edital.

Não há, por conseguinte, novação no mundo jurídico. O deferimento da medida cautelar poderá a qualquer momento ser revisto, sem prejuízo da Administração Pública e da população.

Portanto diante de todo extenso histórico de fatos, documentos e provas apresentadas e das inúmeras irregularidades que revestiram a licitação nº 01/2011, mister se faz o deferimento de liminar para determinar a suspensão de todos os contratos oriundos da licitação nº 01/2011.

DOS PEDIDOS

DIANTE DO EXPOSTO, após a sábia e douta apreciação de Vossas Excelências, Julgadores deste Tribunal de Justiça do Distrito Federal, sejam pelas razões aduzidas, pelo mérito inquestionável do recurso, sejam ainda por mais relevantes e fundamentais as situações de direito, seja pelo flagrante erro da decisão, sejam, ainda, pelos doutos suplementos jurídicos e sereno conhecimento dessa Egrégia Corte, espera e confia a Agravante no provimento do presente recurso, reformando-se a decisão agravada, como medida de inteira JUSTIÇA!

Requer que seja afastada a incidência da decisão de suspensão de segurança SSG 2013 00 2 023928-3 0024853-53.2013.807.0000 e por conseguinte seja deferida a concessão da medida liminar *in irritio litis* — *inauclita altera pars*, no sentido de determinar a suspensão de todos os contratos oriundos da licitação nº 01/2011.

Visível para tanto que a agravante atende perfeitamente a todos os requisitos esperados para a concessão da medida antecipatória, pelo que se busca, antes da decisão do mérito em si a concessão da liminar como medida de inteira justiça.

Informa, ainda que o recurso está instruído nos termos do artigo 525 do CPC: cópia da petição inicial, cópia da decisão agravada, certidão de publicação da decisão e procuração, pagamento da guia de preparo, dentre outros documentos imprescindíveis ao prosseguimento do presente recurso.

Nesses termos,
Pede deferimento.

BRASILIA- DF, 20 de novembro de 2013.

Evon Costa do Amaral
ELANE COSTA DO AMARAL
OAB-DF 36.389



**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

139

Órgão
Processo N.
Agravante(s)5ª Turma Cível
Agravado de Instrumento 20130020283247AGI
SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES
LTDA**Agravado(s)**
Relator
Acórdão NºSACHA BRECKENFELD RECK E OUTROS
Desembargador ANGELO CANDUCCI PASSARELI
782.461**E M E N T A**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LITISPENDÊNCIA. ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRECLUSÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INOCORRÊNCIA. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. INDEFERIMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. MANUTENÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1 – O Agravo de Instrumento é o recurso adequado para impugnar decisão interlocutória, nos termos do que dispõe o artigo 522 do Código de Processo Civil.

2 – Não há que se falar em preclusão da matéria, pois a decisão impugnada foi divulgada no Diário da Justiça em 12/11/2013 e o recurso foi interposto em 22/11/2013, tempestivamente, portanto.

3 – De acordo com a teoria da asserção, as condições da ação são examinadas prefacialmente pelo Juiz como juízo de admissibilidade da ação, de acordo com as afirmações do autor. Dessa forma, a análise da legitimidade ativa e do interesse de agir da demanda de origem confunde-se com o próprio pedido da causa, não havendo que se falar em extinção do processo por carência da ação, devendo a questão ser solucionada com o exame de mérito.

4 – Apesar da identidade de matérias, não há que se falar em litispendência entre o processo subjacente e o Feito nº 2013.00.2.023928-3, porquanto, para a incidência desse óbice processual, cuja ausência caracteriza pressuposto processual negativo de validade do processo, é



Código de Verificação:

necessário que coincidam as partes, o objeto e a causa de pedir da nova demanda com outra já em curso. Assim, descabe falar em litispendência, uma vez que no caso dos autos de origem a parte Autora difere daquela que integra a ação paradigma.

5 – O Conselho Especial desta Corte de Justiça já analisou, em pelo menos duas situações, as consequências da liminar pretendida pela ora Agravante, tendo entendido que a suspensão dos contratos oriundos do processo licitatório nº 01/2011 acarretará graves prejuízos à população que utiliza o transporte público, bem como prejuízos à ordem e à economia públicas.

Agravo de Instrumento desprovido.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ANGELO CANDUCCI PASSARELI - Relator, LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS - Vogal, SEBASTIÃO COELHO - Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador SEBASTIÃO COELHO, em proferir a seguinte decisão: **CONHECER. REJEITAR PRELIMINAR. NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 30 de abril de 2014

Documento Assinado Digitalmente
30/04/2014 - 14:02

Desembargador ANGELO CANDUCCI PASSARELI
Relator



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por **SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA** contra a r. decisão encontrada por cópia às fls. 90/100, por meio da qual o MM Juiz de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, nos autos da Ação de Declaração de Nulidade de Atos Administrativos, Feito nº 2013.01.1.132169-8, movida pelo ora Agravante em desfavor de **DISTRITO FEDERAL, VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, CONSÓRCIO HP-ITA e EXPRESSO SÃO JOSÉ**, indeferiu o pedido de suspensão liminar dos contratos de prestação de serviços de transportes realizados entre o primeiro Réu e os demais, vencedores no processo licitatório nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Aduz a Agravante que ***"a decisão do MM Juiz merece ser reformada, pois a fundamentação da decisão do Presidente do TJDF na suspensão de segurança adentrou no mérito da questão, com argumentações destorcidas, inverídicas e ilegais, não podendo de maneira nenhuma ser acatada"*** (fl. 05).

Discorre sobre a natureza jurídica do incidente de suspensão de segurança, defendendo cuidar-se de ação cautelar incidental, e alega que tal procedimento vem sendo utilizado indevidamente pelo Poder Público para ***"obter a suspensão da decisão que lhe tenha sido contrária mediante a alegação de violação à 'ordem jurídica'"*** (fl. 08).

Insurge-se contra a decisão proferida pelo Presidente deste Tribunal de Justiça, aduzindo que ***"a suspensão dos contratos em nada altera o atual sistema de transporte público do DF, sendo completamente inverídica a afirmativa do Distrito Federal de que existiria uma eventual paralisação desse serviço essencial, pois no momento apenas 18% da nova frota encontra-se em circulação"*** (fl. 10), não acarretando, pois, prejuízo aos



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ÂNGELO CANDUCCI PASSARELI

bens jurídicos tutelados pela norma que rege a matéria, quais sejam, ordem, saúde, segurança e economia públicas.

Aduz que **"o referido ente público argúi o perigo de grave lesão à economia pública, porem não demonstra por argumentos, tampouco por provas documentais qual a específica lesão à economia pública"** (fl. 12).

Assevera que **"a manutenção dos contratos pactuados implica não apenas a perpetuação de negócio ilícito da Administração Pública em detrimento do interesse público, mas verdadeiramente a inversão completa da ordem pública e administrativa, acarretando periculum in mora reverso continuado para a Administração Pública"** (fl. 12).

Alega que o indeferimento do seu pedido de suspensão liminar dos contratos, com base em decisão proferida em autos em que não figura como parte, configura ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, porquanto não lhe é dado recorrer do referido **decisum**.

Por fim, defende que **"a plausibilidade jurídica da concessão da liminar encontra-se devidamente caracterizada em face das ponderações aduzidas acima. O fumus boni iuris foi devidamente demonstrado pelos elementos fáticos e jurídicos trazidos à colação e a incidência do periculum in mora repousa no fato da iminência da execução dos contratos e a inclusão de novos veículos no sistema de transporte coletivo do DF"** (fl. 15).

Requer, liminarmente, a suspensão dos contratos oriundos da licitação nº 01/2011 e, no mérito, seja confirmada a decisão.

Preparo regular (fl. 18).

O pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal foi indeferido mediante decisão proferida às fls. 106/121.

O MM Juiz prestou informações por meio do ofício juntado à fl. 294, pelo qual noticia o cumprimento do disposto no artigo 526 do CPC pela Agravante.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

A Agravada Viação Pioneira Ltda. apresentou contraminuta às fls. 142/153, pela qual suscita a ocorrência de litispendência, sob o argumento de que há outras ações tramitando com a mesma causa de pedir e a mesma fundamentação da demanda subjacente. No mérito, requer o desprovimento do recurso.

O Agravado José Walter Vazquez Filho, por sua vez, juntou contraminuta às fls. 155/158, pela qual noticia que foi excluído da lide, não integrando mais o polo passivo da demanda subjacente.

O Distrito Federal também apresentou contraminuta (fls. 179/210), alegando ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir da Agravante. No mérito, requer o desprovimento do Agravo de Instrumento.

Luiz Fernando de Souza Messina, outra parte Agravada, apresentou contraminuta às fls. 212/215, ressaltando que não integra mais a lide.

A Agravada Auto Viação Marechal Ltda. apresentou contraminuta às fls. 269/276, afirmando a carência de ação, ante a falta de interesse de agir, além de a Agravante ser parte ilegítima para figurar no polo ativo. Por fim, postula o desprovimento do recurso.

A Agravada Viação Piracicabana apresentou sua resposta ao Agravo de Instrumento às fls. 296/302, requerendo, em síntese, a manutenção da decisão impugnada.

Os Agravados Sacha Reck e Guilherme Sales apresentaram contraminuta às fls. 324/351, salientando que foram excluídos da lide subjacente.

O Agravado Consórcio HP-ITA apresentou contraminuta às fls. 379/390, pela qual requer o não conhecimento do recurso, por estar preclusa a matéria por ele impugnada. Por outro lado, afirma que o Agravo de Instrumento perdeu o objeto como o início dos respectivos contratos. No mérito, requer a manutenção da decisão impugnada.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

O Ministério Público, mediante parecer de fls. 376/377, opinou pelo não conhecimento do recurso, por entender inadequada a via eleita pela Agravante.

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador ANGELO CANDUCCI PASSARELI - Relator

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto contra a r. decisão encontrada por cópia às fls. 90/100, por meio da qual o MM Juiz de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal indeferiu o pedido de suspensão liminar dos contratos de prestação de serviços de transportes realizados entre o primeiro Réu e os demais, vencedores no processo licitatório nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Inicialmente, no que tange à alegação do Ministério Público, de que a via eleita pela Agravante é inadequada, cumpre esclarecer que o presente recurso ataca decisão interlocutória, pelo que se conclui ser o Agravo de Instrumento o recurso adequado para impugná-la, nos termos do que dispõe o artigo 522 do Código de Processo Civil.

Por outro lado, não procede a tese do *Parquet*, de que a Agravante estaria impugnando a decisão proferida pelo Presidente desta Corte em sede de Suspensão de Segurança, Feito nº 2013.00.2.023928-3, por meio do presente recurso, pois, em que pese a identidade de matérias, o que foi atacado pelo presente Agravo de Instrumento foi a decisão proferida nos autos do processo subjacente, pela qual foi indeferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado pela Agravante na sua exordial.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

Não procede, também, o argumento de que a matéria estaria alcançada pela preclusão, pois a decisão impugnada foi divulgada no Diário da Justiça em 12/11/2013 e o recurso foi interposto em 22/11/2013, tempestivamente, portanto.

Ressalte-se que o objeto do presente recurso não é atacar a decisão proferida pela Presidência desta Corte no Feito nº 2013.00.2.023928-3, mas sim a decisão denegatória da antecipação dos efeitos da tutela prolatada na demanda de origem (2013.01.1.132169-8).

Assim, presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Antes de analisar a pretensão deduzida no recurso, cumpre esclarecer que as partes José Walter Vazquez Filho, Luiz Fernando de Souza Messina, Sacha Reck e Guilherme Sales foram excluídas do processo originário, de modo que eles não integram mais a lide, pelo que suas respostas ao Agravo de Instrumento não serão analisadas.

Quanto às alegações de carência de ação, por ausência de interesse de agir e por ilegitimidade ativa da Agravante, cabe salientar que, de acordo com a teoria da asserção, as condições da ação são examinadas prefacialmente pelo Juiz como juízo de admissibilidade da ação, de acordo com as afirmações do autor.

In casu, constata-se, mediante a análise das próprias afirmações de ambas as partes e dos documentos acostados ao processo, que a Autora possui interesse processual, pois se trata de impugnação a licitação pública, matéria de interesse público, de natureza transindividual, pelo que não é possível extinguir o processo sem resolução do mérito por ausência de interesse de agir, na fase em que a demanda se encontra.

Por outro lado, a legitimidade para a causa decorre da pertinência subjetiva com o direito material controvertido. Para se aferir a legitimidade das partes, é necessário verificar o direito invocado e sua titularidade abstratamente, não importando o direito controvertido no caso concreto. Esse



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

entendimento decorre da adoção, pelo sistema processual civil brasileiro, da teoria da asserção, segundo a qual a pertinência subjetiva com o direito material é aferível pela mera alegação do autor feita na inicial, não havendo necessidade de que essa correlação entre as partes e o direito material em conflito seja real.

Dessa forma, na fase em que se encontra o processo, a análise da legitimidade ativa daquela demanda confunde-se com o próprio pedido da causa, não havendo mais que se falar em extinção do processo por carência da ação, devendo a questão ser solucionada juntamente com o mérito do Feito subjacente.

Também não se vislumbra litispendência entre a demanda subjacente e o Feito nº 2013.00.2.023928-3.

Com efeito, em que pese a identidade de matérias, não há que se falar em litispendência entre o processo subjacente e aquele Feito, porquanto, para a incidência desse óbice processual, cuja ausência caracteriza pressuposto processual negativo de validade do processo, é necessário que coincidam as partes, o objeto e a causa de pedir da nova demanda com outra já em curso, o que não ocorre no caso dos autos de origem, em que a parte Autora difere daquela que propôs o Feito nº 2013.00.2.023928-3.

Conforme afirmado anteriormente, trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto contra a r. decisão encontrada por cópia às fls. 90/100, por meio da qual o MM Juiz de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal indeferiu o pedido de suspensão liminar dos contratos de prestação de serviços de transportes realizados entre o primeiro Réu e os demais, vencedores no processo licitatório nº 01/2011 da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

O *decisum* guerreado foi proferido nos seguintes termos:

***“SANTOS E PRADELA NEGÓCIOS E TRANSPORTES LTDA
ajuizaram ação declaratória de nulidade de atos administrativos com pedido***



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

146

de liminar em face do DISTRITO FEDERAL e OUTROS, na qual apontaram irregularidades no processo de concorrência n. 01/2011, para reestruturação do sistema de transporte público nesta Capital. Aduz que, no processo, não houve competitividade, que a moralidade pública foi violada. Trazem em seu argumento diversas reportagens veiculadas na mídia local e nacional.

Ao final, requereram a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão dos contratos e financiamentos oriundos da Concorrência Pública 001/2011.

A inicial veio acompanhada de expressivo caderno documental.

O feito foi originalmente distribuído na 8ª Vara de Fazenda, sendo redistribuído para este juízo da 1ª Vara de Fazenda, em razão da conexão com o feito 2013.01.1.052450-4.

O Distrito Federal foi intimado para manifestar sobre o pedido liminar.

Manifestação do Distrito Federal nas fls. 356/395, alegando ser o procedimento irregular, isento de vícios, ilegalidades ou abusos. Em conclusão pediu pela denegação do pedido liminar.

Com a manifestação veio expressivo caderno documental.

Manifestação do autor às fls. 867/868, requerendo a apreciação da liminar.

Contestação da requerida Expresso São José Ltda, fls. 874/887, com documentos.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Verifico que os presentes autos trata-se da licitação de transportes do Distrito Federal, atualmente na fase de adjudicação da prestação de serviço para as empresas ganhadoras da licitação.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

Como alardeado na imprensa, essa licitação já foi alvo de mais de 170 processos judiciais, sob as mais diversas formas, ações populares, ações civis públicas, ações anulatórias, mandados de segurança, ações cautelares, entre outras.

A cada nova fase do certame são discutidas novas teses jurídicas e apontamentos de irregularidades, ilegalidade e abusos.

No pólo ativo alteram-se os autores. Já no pólo passivo sempre há a presença do Distrito Federal, estando sozinho ou acompanhado por outras pessoas.

Trata-se de feito de natureza transindividual, já que a licitação envolve o transporte público e dessa forma o interesse direito e imediato dos cidadão usuários dos serviços; dos cidadãos que pretendem a lisura na gestão da coisa pública; das instituições de defesa e proteção do patrimônio público ou do consumidor; das empresas que não lograram ser as ganhadoras do certame; entre outros.

No presente caso, as teses e alegações jurídicas assemelham muito àquelas discutidas nos autos da ação popular 2013.01.1.092892-0, dessa 1ª Vara de Fazenda Pública.

Na ação popular 2013.01.1.092892-0 foi deferida a liminar, determinando-se a suspensão dos contratos de duas Bacias e determinado o retorno da licitação à fase entrega de documentos e propostas relativamente a tais Bacias.

Ocorre, porém, que a mencionada decisão foi alvo de SUSPENSÃO DE SEGURANÇA, apresentada pelo Distrito Federal e deferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, autos SSG 2013 00 2 023928-3 0024853-53.2013.807.0000. Na ocasião o TJDFT suspendeu a decisão liminar, com base na garantia da ordem e da economia pública, não se manifestando sobre o mérito da decisão de primeira instância.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

Observa-se que a presente ação refere-se à mesma Licitação e apresenta teses jurídicas muito semelhantes às teses enfrentadas na ação popular. Este Juízo enfrentou as teses para efeito de apreciação de liminar e entendeu pela existência de irregularidades, deferindo-se a tutela de urgência.

Contudo, o TJDFT já manifestou, em sede de Suspensão de Segurança, que a suspensão do processo licitatório na presente fase, em virtude das teses discutidas na ação popular e repetidas na presente ação, atenta contra a garantia da ordem e da economia pública.

Seguem as decisões:

Autos: 2013.01.1.092892-0

Vistos, etc.

ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO ajuizaram ação popular em face do DISTRITO FEDERAL, na qual apontaram irregularidades no processo de concorrência n. 01/2011, para reestruturação do sistema de transporte público nesta Capital. Aduz que, no processo, não houve competitividade, que a moralidade pública foi violada. Trazem em seu argumento diversas reportagens veiculadas na mídia local e nacional.

Ao final, requereram a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão dos contratos e financiamentos oriundos da Concorrência Pública 001/2011.

A inicial veio acompanhada de documentos de fls. 40/260, 263/229. Sendo posteriormente apresentada a emenda de fls. 231.

Intimado o Distrito Federal para manifestar sobre a liminar no prazo de 72 horas, manteve-se inerte, fl.241.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

Parecer do Douto MP, em que requer a concessão da liminar, fl. 244/250, com documentos de fls. 258/298.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Decisão de fls. 299/300, determinou que o autor incluísse as empresas vencedoras no pólo passivo, e solicitou informações à Secretaria de Transportes.

Informações prestadas pela Secretaria de Transportes nas fls. 311/358.

Petição das autoras de fl. 365, com documentos de fls. 366/411.

Petição das autoras de fls. 414/454, com documentos de fls. 455/620.

Decido.

A Lei 4717/65, prevê em seu artigo 5º, §4º, a possibilidade suspensão liminar do ato lesivo ao patrimônio público. Como é consabido, o pedido liminar visa garantir o resultado útil e eficaz da prestação jurisdicional. Para a concessão de liminar faz-se imprescindível a presença dos requisitos da plausibilidade do direito e do perigo do dano irreparável na concessão da medida requerida.

É cediço a admissão do controle de legalidade do ato administrativo por parte do Poder Judiciário, não havendo que se falar em ofensa ao princípio constitucional da independência dos poderes (art. 2º da CF/88).

Neste sentido, o egrégio STJ já se manifestou 'ao Poder Judiciário compete apenas o controle da legalidade do ato administrativo, ficando impossibilitado de adentrar na análise do mérito do ato, sob pena de usurpar a função administrativa, precipuamente destinada ao Executivo' (RMS 15.959/MT, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 10.04.2006 p. 299).



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

O presente processo licitatório é alvo de inúmeras denúncias, notícias na imprensa, procedimentos de investigação e ações judiciais.

Quanto à alegação de que o Grupo Constantino foi vencedor em duas bacias (lotes), contrariando expressa disposição editalícia. Tal questão já foi enfrentada em sede liminar nos autos_2013.01.1.052450-4, Desta 1ª Vara Cível, ocasião em que se entendeu que apesar de haver uma relação de parentesco entre diretores das empresas, não havia vínculo formal entre as empresas, não restava configurada a existência de grupo econômico, pelo que foi indeferida a liminar, transcreve-se o trecho da decisão:

'Da análise dos autos, não vislumbro a prova inequívoca capaz de autorizar a concessão do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, eis que as afirmações do autor, por si só, não constituem prova inequívoca suficiente para convencer este Juízo da verossimilhança da alegação.

O autor popular alega, em síntese, que as sociedades empresárias Viação Pioneira Ltda e Viação Piracicabana Ltda teriam violado a proibição constante do art. 16.1.2, alínea 'g', do edital de abertura, que impede a participação de empresas que tenham sócios em comum entre si, já que os sócios de ambas participam da composição da Expresso União Ltda. O referido dispositivo editalício (fls. 33/34) tem a seguinte redação:

'16.1.2 Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;'



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

Ocorre que as rés Viação Pioneira e Viação Piracicabana não possuem em seus quadros societários qualquer pessoa em comum. A participação de sócios destas na composição de uma terceira sociedade não foi prevista no edital como causa impeditiva à participação.

Deve-se ressaltar, ainda, que as condições que implicam restrição à participação de empresas interessadas devem ser interpretadas de modo estrito, sob pena de prejudicar a competitividade do certame e, em última análise, acarretar a contratação de proposta menos vantajosa à Administração, como ocorreria caso fossem desclassificadas as empresas vencedoras ora indicadas como rés.

Destaco que a própria petição inicial não menciona que a Expresso União tenha participado do certame, não havendo, portanto, ofensa direta aos critérios previstos no edital. No mesmo sentido, a contestação do Distrito Federal informa que a Expresso União não concorreu na licitação, o que é corroborado pela prova documental.

Assim, não se vislumbra de plano a alegada ofensa ao edital de licitação, razão pela qual o pedido de antecipação dos efeitos da tutela deve ser rejeitado'.

Quanto à situação envolvendo o presidente da comissão de licitação, Galeno Furtado Monte, ainda que a mídia professe alegações contra a lisura de tal pessoa, mister que se demonstre o cometimento de ato efetivo que obstasse a concorrência ou que configurasse corrupção, no bojo dos presentes autos, Como por exemplo uma das situações proibitivas do art. 9º, da Lei 8666/93. Contudo, nesta fase inicial, tal situação não se encontra comprovada, devendo ser mais bem esclarecida na fase de provas.

Quanto a existência de consultoria administrativa prestada por escritório de advocacia para os membros da comissão de licitação, tal situação em si não é ilegal, vez que a Lei 8666/93, não traz tal proibição. Contudo, tratando-se de atividade tendente a orientar e conceder suporte



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

152

jurídico a Órgão Público, o Escritório que exerça à função estará vinculado aos princípios que regem a Administração Pública, no que couber.

Quanto a alegação de contratação ilegal do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck como consultor jurídico da licitação, que haveria dirigido os trabalhos da Comissão de Licitação inabilitando as empresas concorrentes e habilitando apenas empresas anteriormente patrocinadas pelo escritório de advocacia, tem-se que:

a) O Distrito Federal, através do Secretário de Transportes confirmou que o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck realiza a consultoria jurídica da Licitação, auxiliando na fase interna, inclusive acerca de habilitações.

Logo restou demonstrada a atuação de tal Escritório.

A omissão de tal informação nas publicações relacionadas à licitação levanta grande suspeita sobre a lisura do procedimento de contratação de tal escritório. Registrando-se que o fato de a licitação receber auxílio técnico ou financeiro de órgão internacional não elide o cumprimento RIGOROSO de todas as normas relacionadas à licitação do ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

b) As informações da Secretaria de Transportes não indicaram o contrato de consultoria do mencionado escritório, com seus valores, sua forma de trabalho, e seu prazo de validade.

Não há informações sobre a forma de contratação de tal escritório. Não há indicação se foi feita licitação, ou se houve inexigibilidade de licitação com a exibição do procedimento administrativo próprio.

No depoimento prestado pelo Secretário de Transportes - Senhor José Walter Vazquez Filho à Câmara Distrital, questionado se a contratação do Escritório foi de forma direta (isto é, sem licitação), respondeu:



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

153

'Não. As contratações são feitas pelo banco através de listas fechadas e é o banco que escolhe a melhor proposta. Ai, você contrata'. (fl. 270, pag 19 do depoimento).

O Secretário referia-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no sentido de que tal Banco indicou o Escritório Sacha Reck.

Porém, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal (fl. 456).

Logo, houve contratação direta do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck. Sem procedimento de dispensa de licitação. Restando configurada irregularidades em tal consultoria, visto que a empresa que iniciou os trabalhos de elaboração do edital, LOGITRANS tem entre seus diretores o pai do advogado Sacha Reck, senhor, Garrone Reck.

c) Não há indicação ou fundamentação consistente acerca da opção por contratar-se Consultoria Jurídica para auxílio de Licitação, sem que a Secretaria de Transportes auxiliasse-se dos serviços da Procuradoria do Distrito Federal.

A contratação de serviços de advogado para auxiliar comissão de licitação não é proibida pela Lei 8666/93. Contudo, tendo em vista a existência de órgão jurídico de atuação no Poder Executivo, com elevada capacidade técnica e reconhecido eficiência na atividade jurídica, a Procuradoria do Distrito Federal, mostra-se necessário a realização de decisão administrativa prévia com fundamentação consistente a justificar a oneração dos cofres públicos, para custear serviço que poderia ser realizado por Órgão Próprio (Procuradoria do Distrito Federal).

d) A atividade de consultoria realizada pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck ultrapassou a função de



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

mera consultoria, atuando como efetivos julgadores dos atos relacionados ao processo licitatório, especialmente as questões relativas à habilitação dos concorrentes.

Percebe-se a presença do advogado Sacha Reck na elaboração da Ata de apresentação de envelopes. O que é bastante estranho, tendo em vista que a realização dos atos de registro e averbação são competência exclusiva da Comissão de Licitação. (Documento divulgado na imprensa, constante dos autos 2013.01.1.132169-8).

Percebe-se que o mencionado escritório atua em processo judicial, como na apresentação de Informações em Mandado de Segurança (nº 2012.00.2.020456-6). Tal atribuição é da competência da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF Vez que cabe ao mencionado órgão defender a eventual legalidade do ato administrativo ou dispensar tal defesa (na forma das Orientações Internas da PGDF), quando tratar-se de ato administrativo manifestamente ilegal. (fl. 169).

Também afigura-se estranho que o mencionada escritório atuasse para apresentar peça jurídica para subsidiar a manifestação da Comissão de Licitação à PGDF. Já que a comunicação entre órgãos administrativo não necessita de prévia formalização jurídica do ofício. Bastando que a Comissão encaminhasse informações, que a PGDF iria examinar a legalidade do ato. (fl. 170).

Há nos autos atas do processo licitatório indicando que membros da comissão sentiam-se constrangidos com a atuação do Escritório de Advocacia Sacha e Reck, já que tal escritório definia previamente o conteúdo das decisões administrativas da Comissão.

As decisões dos recursos administrativos eram definidas pelo Escritório, sendo confirmadas pela Comissão, com ressalvas de alguns membros da comissão. Como se verifica no documento de fls. 620, em que as integrantes da comissão escrevem à caneta: 'Parecer não lido, apenas vistado por exigência do Secretário de Transporte'.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

As cópias de decisões judiciais e petições iniciais de ações, que apontam pela suspeita de fraudes em licitações de transportes no Estado do Paraná, descrevem um roteiro muito parecido ao evidenciando nos presentes autos. Tal como ocorreu nos Autos 11202-06.2013.8.16.0031, da 1ª Vara Cível de Guarapuava, fls. 570/613 e 463/568:

A empresa Logitrans é contratada para a realização do contrato de licitação, abordando os aspectos técnicos;

O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como órgão consultor, sem indicação de procedimento prévio de licitação ou procedimento de dispensa/inexigibilidade de licitação.

De se registrar que um dos diretores da Logitrans, Garrone Reck é pai do advogado Sacha Breckenfeld Reck, que atua no mencionado escritório de advocacia. Também é diretor na empresa o senhor Alexis Breckenfeld Reck, irmão do advogado Sacha. (termo de declaração perante MP do Paraná, fl. 83-85).

O Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck controla o procedimento de habilitação e inabilitação dos concorrentes;

Empresas que anteriormente celebram contratos advocatícios com o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagram-se vencedoras, apresentando propostas de alto valor.

e)Empresas previamente assessoradas pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagraram vencedoras da licitação. Algumas dessas empresas indicaram o valor máximo de preço de tarifa em suas propostas contratuais ou recebem outros favorecimentos.

A Empresa Viação Piracicabana foi favorecida por apresentar complementação de documentos, posteriormente à fase de apresentação de envelopes. Ofício nº 20/2013 - CEL nº 01/2011-ST, de 08/03/2013,



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

subscrito pelo presidente da Comissão de Licitação, Senhor Galeano Furtado Monte, solicita a seguinte documentação: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício; Termo de abertura de Livro Diário Geral; Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral (...), fls. 615.

Tal situação evidencia tratamento diferenciado e privilegiado à empresa. Tendo em vista que outras empresas foram excluídas da concorrência pela ausência de um ou dois documentos. Enquanto para a Viação Piracicabana admite-se a juntada posterior de amplo caderno documental.

Na informação da Secretaria de transportes há expressa indicação de que o Escritório de advocacia já atuou para a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda em causas pontuais no Estado de São Paulo. Os sócios dessa empresa são Max Empreendimentos e Participações LTDA, Comporte Participações S/A, e PGM Participações Ltda. Ao passo que a empresa Viação Piracicabana detém como sócios Comporte Participações S/A e Glarus Participações, Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca, Paulo Sérgio Coelho, José Efrain Neves da Silva (alteração contratual de 13/02/2013, fl. 164/165). Sendo que a Comporte Participações S/A tem mais 50% do capital da Viação Piracicabana.

Embora não haja identidade total de sócios. A presença de sócios comuns, com capital significativo na empresa, indica uma orientação comum. Bem como demonstram que o resultado de uma empresa influencia no resultado de outra. O advogado que exerce a competência de Consultoria de Licitação, não pode apresentar parecer em relação a empresa que contenha sócio com capital significativo em outra empresa patrocinada juridicamente pelo mesmo advogado.

Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Piracicabana, suficiente a impossibilitar a



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ÂNGELO CANDUCCI PASSARELI

157

realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo

Quanto à Viação Marechal Ltda evidenciou-se que o Escritório de advocacia já fez patrocínio jurídico à mencionada empresa, ainda que seja em relação a dissídios trabalhistas com atuação de Sindicatos.

A Empresa Viação Marechal foi defendida pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck em processos no Estado do Paraná. Inclusive encontra-se envolvida em ação de improbidade com o Advogado Sacha Reck, no Estado do Paraná, havendo decisão judicial determinando indisponibilidade de seus bens.

Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Marechal Ltda, suficiente a impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo.

f)O conjunto de elementos dos autos indicam a ocorrência de fraude ao sistema concorrencial:

‘ Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck é contratado como ‘empresa’ para prestar consultoria jurídica, não sendo apresentado procedimento administrativo de licitação ou de dispensa/inexigibilidade de licitação.

‘ O Escritório atua de forma incisa e constrangedora, definindo o conteúdo das decisões administrativas. Inclusive com tendo o Advogado Sacha Reck assumido atividades ordinárias da Comissão de Licitação, como a digitação da Ata de Entrega de Envelopes.

‘ Empresas que haviam utilizado os serviços advocatícios do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck anteriormente são habilitadas nos certames. Ou seja o escritório que faz a consultoria



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

158

teve acesso aos dados orçamentários da licitação, como indica as fl. 264/269.

Consta dos autos, pedido de providência realizado pelo MPTCDF indicando a omissão do Poder Público na divulgação dos dados da licitação.

O Ministério Público do Distrito Federal apresenta parecer pela suspensão dos contratos, apontando irregularidades e ilegalidades no processo licitatório, fls. 244/250.

h) - O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal.

i) - A Justiça do Paraná decretou a indisponibilidade de bens e a quebra de sigilo bancários do advogado Sacha Rech e de seu pai, Garrone Reck, e da empresa Auto Viação Marechal, entre outros réus, em virtude de acusação de fraude em processo de licitação de transportes naquele Estado, através de ação civil pública de improbidade administrativa manejada pelo Ministério Público do Paraná.

j) Quanto às empresas, em resumo:

Quanto à empresa Viação Marechal Ltda, vencedora da Bacia 04: foi determinada o bloqueio de seus bens por decisão judicial no Estado do Paraná; Já contratou os serviços advocatícios do escritório do senhor Sacha Reck; apresentou preço igual ao valor máximo da proposta, em atitude que indicava ter certeza da ausência de concorrência, sendo que, posteriormente, confirmou-se a ausência de concorrência na Bacia em que ganhou o contrato;

Quanto à empresa Viação Piracicabana, vencedora da Bacia 01: apresentou documentos essenciais da licitação em data posterior àquela da apresentação de envelopes, indicando tratamento favorecido; O



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ÂNGELO CANDUCCI PASSARELI

seu principal sócio, com participação no capital social superior a 50%, também é sócio de outra empresa já patrocinada juridicamente pelo escritório Sacha Reck.

Quanto à empresa Viação Pioneira Ltda, vencedora da Bacia 02. Não restou comprovado que tenha sócio comum com a Viação Piracicabana. Na presente fase processual não restou comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao Consórcio HP-ITA, formado pelas empresas HP Transporte Coletivos Ltda e Ita Empresa de Transportes Ltda, vencedora da Bacia 03. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

Quanto ao empresa Expresso São José, vencedora da Bacia 05. Na presente fase processual não restaram comprovadas ilegalidades específicas, que viessem a favorecê-la.

k) Cedição que muitas ações judiciais discutem a validade da presente licitação. Tal situação é muito comum e natural, tendo em vista a relevância da licitação, a importância do serviço de transportes público, o inconformismo das antigas empresas prestadoras com as novas regras de exploração do serviço, os empresários que têm interesse direto em criar obstáculos ou atrasar a finalização do processo, cidadãos que detêm interesse político em afirmar que moveram ação contra a licitação, pessoas do povo que buscam um serviço de melhor qualidade, entre outros fundamentos.

Cada ação discute certos pontos do edital ou do processo em si, apresentando certas provas. Ao Poder Judiciário cabe o exame das provas e alegações produzidas, verificando-se foi descumprida a lei ou os princípios básicos da Administração Público, mormente aqueles constantes do art. 37 da CF/88 e o disposto na Lei 8666/93.

Mostra-se necessário e urgente a finalização do processo de licitação dos transportes públicos do Distrito Federal. Contudo, essa



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

finalização não poderá ser levada a efeito de qualquer modo, mormente quando o caminho escolhido debanda para a ilegalidade, abuso de poder, ou favorecimento pessoal de algumas empresas.

Também cediço que a Decisão Judicial deverá antever um modo de continuação extraordinária do serviço público, tendo em vista sua essencialidade.

l) No presente caso, em exame inicial, restou demonstrado que a contração das empresas Viação Marechal Ltda (que foi vencedora da Bacia 4) e da empresa Viação Piracicabana (que foi vencedora da Bacia 1) está eivada de irregularidades e ilegalidades. Bem como, restou demonstrado o comprometimento direto entre essas empresas e o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, o que impede que tal escritório atue em consultoria jurídica nas Bacias em que tais empresas disputarem a concorrência.

Assim, revelando-se a ilegalidade no procedimento licitatório, com favorecimento pessoal de algumas empresas, mormente a partir da fase de habilitação dos concorrentes, deverão ser suspensos os contratos administrativos, relativamente À BACIA 01 E À BACIA 04, e ser determinado o retorno da licitação da Bacia 01 e da Bacia 04 À FASE DE HABILITAÇÃO DE CONCORRENTES E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. Devendo ser estabelecido novos prazo para habilitação dos concorrentes e apresentação propostas. Bem como deverá se impedir que o Escritório preste consultoria relativamente às Bacias disputadas por essas duas empresas.

ASSIM, por todo o exposto, em sede de antecipação de tutela, DECIDO:

a) SUSPENDER O CONTRATO ADMINISTRATIVO DA BACIA 1 (UM) - cuja empresa vencedora foi a VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, determinando que a licitação retorne à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas, devendo ser estabelecidos novos prazos para



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas. Sendo que, se houver a participação da empresa Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda, a Comissão de Licitação não poderá utilizar-se da Consultoria Jurídica do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.

b) SUSPENDER O CONTRATO ADMINISTRATIVO DA BACIA 4 (QUATRO) - cuja empresa vencedora foi a VIAÇÃO MARECHAL LTDA, determinando que a licitação retorne à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas, devendo ser estabelecidos novos prazos para habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas. Sendo que, se houver a participação da empresa Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda, a Comissão de Licitação não poderá utilizar-se da Consultoria Jurídica do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.

c) Determinar que, se as mencionadas empresas (Viação Piracicabana Ltda ou Viação Marechal Ltda) já estiverem operando o sistema público de transporte, poderão continuá-lo, por no máximo 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão. Vencido esse prazo, a exploração deverá retornar a situação que existia anteriormente à assinatura do contrato administrativo.

d) Recebo a emenda de fls. 305/307. A Secretaria deverá fazer a inclusão no pólo passivo. Citem-se as pessoas jurídicas para responder à ação. Intimem-se da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília - DF, quinta-feira, 26/09/2013 às 21h38.

Nos autos da Suspensão de Segurança: SSG 2013 00 2 023928-3 0024853-53.2013.807.0000

Foi proferida a seguinte decisão:



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

'O DISTRITO FEDERAL requer, por meio da petição de fls. 2/21, com fundamento no artigo 4º da Lei 8.437/1992, a suspensão de execução de medida liminar deferida pelo ilustre Juízo de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos da Ação Popular 2013.01.1.092892-0, que determinou a suspensão de dois contratos administrativos de concessão de serviços de transporte público coletivo, assinados após regular tramitação do procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência Pública 01/2011-ST, cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF. Narra que a referida ação popular (fls. 24/29 e 49/62) foi proposta por ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO contra o DISTRITO FEDERAL, onde apontaram irregularidades no processo licitatório epígrafado, com suporte em diversas reportagens de jornal (fls. 30/48), no sentido de que a competitividade e a moralidade públicas foram violadas. Acrescenta que, segundo as autoras, tais violações decorreram do fato de o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, quando prestaram consultoria jurídica à Comissão Licitante, supostamente favoreceram as empresas VIAÇÃO PIRACICABANA e VIAÇÃO MARECHAL, vencedoras, respectivamente, das bacias 1 e 4. (...) Estabelecidas tais premissas, saliente-se que o DISTRITO FEDERAL trouxe à colação questões fáticas e jurídicas envolvidas na ação popular e demonstrou a efetiva lesão à ordem e à economia públicas. Destaque-se que eventual error in iudicando praticado pelo juízo monocrático será apreciado no seu leito natural, que é a via recursal adequada para o exame de questões de fundo envolvidas na lide. As Cortes Superiores já decidiram que não cabe, em sede de suspensão de segurança, examinar o acerto ou desacerto da decisão judicial combatida, porque esse foco reclama o enfrentamento do mérito da lide principal, de caráter eminentemente jurídico. Portanto, a suspensão de segurança se limita à análise da potencialidade lesiva da decisão, (...) Com o novo sistema de transporte público, será adotada a



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

modalidade denominada troco-alimentador, onde o espaço geográfico do DF foi dividido em 5 (cinco) bacias ou lotes. Ora, de acordo com a tutela antecipada pelo juízo fazendário, os contratos administrativos das bacias 1 e 4 não foram apenas suspensos, mas o processo licitatório respectivo retornou à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas. Observe-se que a decisão interlocutória registrou que, se as VIAÇÕES PIRACICABANA e MARECHAL estiverem operando o sistema público de transporte, estas poderão dar continuidade pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da decisão, e, vencido esse lapso temporal, a exploração retornará à situação anterior à assinatura dos contratos suspensos. Considerando que as cinco bacias foram concebidas para se interligarem, e por isso o sistema é denominado de tronco-alimentador, onde cada uma das bacias alimenta as demais, as linhas que servem as cidades-satélites e o plano piloto estarão conectadas a partir dos terminais de integração. (...) Considerando que a lógica do sistema foi concebida para permitir que os serviços sejam compartilhados entre lotes ou bacias, a paralisação dessas 2 (duas) bacias impedirá que as outras 3 (três) se concretizem. É inegável que a suspensão dos contratos e o retorno da licitação à fase de habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas irá contrariar a expectativa de toda a sociedade local, que deseja urgentemente a melhoria no transporte público. (...) Trilhar caminho diverso significa evitar grave dano à ordem pública, garantindo-se à sociedade do Distrito Federal a prestação de um serviço de transporte público eficiente e seguro, evitando-se, inclusive, a paralisia de serviço essencial. Indiscutível também é a grave lesão à economia pública, porquanto a licitação abrange a aplicação de vultosos recursos públicos e privados, e o descompasso no processo licitatório poderá desmotivar a participação de grupos empresariais interessados em operar na capital federal. Importa repisar que esta Presidência não está a avaliar a correção ou equívoco da decisão, mas sua potencialidade de lesão aos interesses superiores supracitados. Assim, esta via mostra-se inadequada para a análise da legalidade na contratação



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

do advogado SACHA RECK e de todos os outros aspectos a ela relacionados. Diante do exposto, reputando presentes os requisitos legalmente exigidos, DEFIRO a suspensão pleiteada. Oficie-se ao Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Publique-se. Intimem-se. Brasília, 03 de outubro de 2013. (a) Desembargador DÁCIO VIEIRA - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios'.

Assim, até que seja apresentada outra tese jurídica, significativamente diversa às teses contidas na ação popular, deverá ser respeitada a decisão proferida na Suspensão de Segurança do TJDFT.

DISPOSITIVO dos autos 2013.01.1.132169-8:

Este Magistrado, por ora, mantém o mesmo entendimento expressado quando da apreciação da liminar na ação popular 2013.01.1.092892-0, contudo, tendo em vista que a presente ação não faz inovação significativa nas teses jurídicas já discutidas, deverá ser respeitada a decisão do TJDFT, proferida em processo de suspensão de segurança, SSG 2013 00 2 023928-3 0024853-53.2013.807.000.

Isto posto, indefiro o pedido liminar.

Aguarde-se o final do prazo de resposta dos réus.

I." (fls. 90/100)

Pois bem. Conforme asseverado por ocasião da análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, pretende a Agravante a suspensão dos contratos de prestação de serviços de transporte público celebrados entre o Distrito Federal e os demais Réus, vencedores no processo licitatório nº 01/2011 da STDF, sob a alegação de terem sido detectadas inúmeras irregularidades que, segundo alega, frustraram a competitividade no certame e em desconformidade com os princípios que regem a Administração



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

Pública, favorecendo as empresas requeridas em detrimento das demais participantes.

O pedido de tutela antecipada foi negado pelo MM Juiz *a quo*, o que ensejou a interposição do presente recurso, visando ao deferimento desse pleito.

Nesse contexto, incumbe-nos, nesta instância revisora, reapreciar a aventada subsunção da situação em apreço às condições previstas no artigo 273 do Código de Processo Civil.

Numa análise perfunctória, própria para este momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos legais.

Com efeito, as supostas irregularidades apontadas pela Agravante na Licitação nº 01/2011 da STDF, que tem como objetivo a reestruturação do sistema de transporte público do Distrito Federal, tiveram grande repercussão na mídia nacional, tendo sido alvo de mais de uma centena de ações judiciais de naturezas e partes diversas.

O próprio magistrado *a quo*, conforme noticiou na decisão agravada, já apreciou pedido liminar idêntico ao apresentado pela ora Agravante, nos autos da Ação Popular, Feito 2013.01.1.092892-0, ajuizada em desfavor dos mesmos réus e em decorrência das mesmas irregularidades apontadas, em que, segundo narrou, verificou a presença de verossimilhança das alegações dos Autores, referentes a indícios de irregularidades que teriam beneficiado as Rés vencedoras das Bacias 1 e 4, determinando a suspensão dos seus contratos.

Todavia, tal decisão teve sua eficácia suspensa, por meio de decisão proferida em sede da Suspensão de Segurança, Feito nº 2013.00.2.023928-3, interposta pelo Distrito Federal, sob a alegação de que o cumprimento da referida decisão acarretaria lesão à ordem e à econômica públicas.

A decisão unipessoal, da lavra do e. Presidente do TJDF, Desembargador Dácio Vieira, conteve o seguinte dispositivo, *in verbis*:



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

"Diante do exposto, reputando presentes os requisitos legalmente exigidos, DEFIRO a suspensão pleiteada. Oficie-se ao Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Publique-se. Intimem-se. Brasília, 03 de outubro de 2013. (a) Desembargador DÁCIO VIEIRA - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".

Os autores da Ação Popular interpuseram Agravo, ao qual o Conselho Especial desta Corte de Justiça, por unanimidade, negou provimento, recebendo o julgamento a seguinte ementa, *ipsis litteris*:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. LIMINAR. SUSPENSÃO DE LIMINAR MANEJADA. AGRAVO REGIMENTAL. GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A SUSPENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA. PREVALÊNCIA DA PROTEÇÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. RECURSO DESPROVIDO.

I - Não cabe, na sede estrita de suspensão de liminar, examinar questões de fundo envolvidas na lide principal, devendo a análise cingir-se tão-somente à potencialidade lesiva da decisão. O juízo realizado se circunscreve, pois, ao exame da conveniência e da oportunidade de se conter os efeitos da decisão proferida contra o Poder Público, até final deslinde da demanda, desde que contemplada a supremacia do interesse público, com o escopo de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II - A suspensão dos efeitos da decisão liminar deferida nos autos da ação popular preserva a ordem e a economia pública, na medida em que impede a paralisação de grande parte do serviço de transporte público no Distrito Federal.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

III - Presentes tais requisitos, é de se deferir a suspensão de liminar concedida no bojo de ação popular.

III - Agravo regimental desprovido. Unânime."

(Acórdão n.731758, 20130020239283SSG, Relator: PRESIDENTE, Presidência, Data de Julgamento: 22/10/2013, Publicado no DJE: 08/11/2013. Pág.: 5)

Situação idêntica verifica-se nos autos da Ação Civil Pública, Feito nº 2013.01.1.137964-2, onde o MM Juiz da Segunda Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, igualmente deferiu a suspensão de contratos celebrados em decorrência no processo licitatório nº 01/2011, consoante se extrai do dispositivo da referida decisão, *in verbis*:

"Por essas razões, com fundamento no art. 12 da Lei nº 7347/1985, e, por visualizar a presença da relevância dos fundamentos do pedido, bem como do perigo da demora, defiro a liminar vindicada a fim de suspender a execução dos contratos firmados pelo réu, submetidos aos termos do Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011 - ST, nos moldes dos itens 'a' a 'c' do pedido (fls. 46-47), ressaltando que o réu e seus prepostos incorrerão em multa pecuniária (art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC) no montante diário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o caso de descumprimento ao preceito, sem prejuízo das cominações para o caso de desobediência, prevaricação, ou improbidade administrativa - artigos 4º e 11, inc. II, da Lei nº 8429/92 - ou crime de responsabilidade - art. 4º c/c artigos 12 e 74 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950."

Igualmente, o Conselho Especial confirmou, por unanimidade, a decisão unipessoal proferida pelo e. Presidente nos autos da Ação Civil Pública,



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI

concedendo a suspensão requerida pelo Distrito Federal, suspendeu os efeitos da decisão de primeiro grau.

Assim sendo, o Conselho Especial desta Corte de Justiça já analisou, em pelo menos duas situações, as consequências da liminar pretendida pela ora Agravante, tendo entendido que a suspensão dos contratos acarretará graves prejuízos à população que utiliza o transporte público, bem como prejuízos à ordem e à economia públicas.

Verifica-se, pois, que a decisão agravada encontra-se alinhada com a orientação emanada do egrégio Conselho Especial desta Corte de Justiça quanto ao tema, o que autoriza a sua manutenção nos termos em que proferida.

Com essas considerações, **nego provimento** ao Agravo de Instrumento.

É como voto.

O Senhor Desembargador LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS - Vogal

Com o Relator.

O Senhor Desembargador SEBASTIÃO COELHO - Vogal

Com o Relator.

DECISÃO

UNÂNIME.

CONHECER. REJEITAR PRELIMINAR. NEGAR PROVIMENTO.



Código de Verificação: 57EN.2014.LUFL.G09F.21YB.4T1N

GABINETE DO DESEMBARGADOR ANGELO CANDUCCI PASSARELI